



CLIPPING INTERNET
13/10/2021 ATÉ 13/10/2021



INDÍCE

1	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
1.1	SITE MARANHÃO HOJE.....	1
2	DECISÕES	
2.1	BLOG ATUAL 7.....	2
2.2	BLOG GENIVALDO ABREU.....	3
2.3	BLOG MARRAPÁ.....	4
3	DESEMBARGADOR	
3.1	BLOG DO JURACI FILHO.....	5
3.2	BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	6
3.3	BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	7
4	INSTITUCIONAL	
4.1	BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	8
4.2	BLOG EVANDRO JUNIOR.....	9
4.3	BLOG PAULO ROBERTO.....	10
4.4	BLOG PRISCILA PETRUS.....	11
4.5	SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	12
4.6	SITE O MARANHENSE.....	13
5	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
5.1	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	14

Othelino diz ao TJ que escolha de Tavares para TCE seguiu rito interno da Alema

Dispositivo questionado por advogado favoreceu ex-chefe da Casa Civil de Flávio Dino no processo de indicação para vaga de conselheiro na corte de Contas
13/10/2021 08h33min min

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), se posicionou no mandado de segurança ofertado pelo advogado Márcio dos Santos Rabelo para que seja reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade do dispositivo que garantiu a inscrição para cargo de conselheiro no TCE (Tribunal de Contas do Estado) apenas ao ex-secretário-chefe da Casa Civil do governo Flávio Dino, Marcelo Tavares, na vaga aberta com a aposentadoria de Nonato Lago.

Espécie de cláusula de barreira, a norma estabelecida no século passado permite que apenas os candidatos apoiados pelo grupo dominante da Alema estejam habilitados a concorrer ao cargo vago na corte de Contas maranhense. O dispositivo não está previsto na Constituição e determina que, para ter a inscrição deferida pelo Poder Legislativo estadual, o candidato obrigatoriamente precisa apresentar a assinatura de pelo menos um terço dos 42 deputados da Casa em confirmação de apoio à sua inscrição à vaga.

Tavares, no caso, teve a assinatura de todos os deputados da Casa, e foi submetido à uma sabatina morna em que não foi possível averiguar concretamente se possui ou não conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública. Ele já tomou posse e já atua no TCE, inclusive relatando processo de interesse do Governo do Estado.

Na manifestação ao TJ-MA, Othelino defende exatamente que, como a Constituição do Estado nada dispõe sobre os trâmites internos da Assembleia Legislativa para a escolha de membros pela Casa, cabe exclusivamente ao próprio Poder, no exercício de suas atribuições, criar os ritos a serem observados no processo de inscrição e indicação de nomes para a vaga.

“É no exercício dessa competência exclusiva que a Assembleia do Maranhão editou o Decreto Legislativo n. 151/90, que versa sobre o processo de escolha de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado nas vagas reservadas para o Legislativo”, afirma.

“Se o candidato não logrou êxito ao tentar obter apoio de 1/3 dos Deputados Estaduais, tanto menos conseguiria apoio para superar os demais candidatos quando da escolha realizada em Plenário”, completa.

O mandado de segurança que tramita no TJ maranhense é relatado pelo desembargador Joaquim Figueiredo.

No mês passado, o magistrado negou liminar pedida por Márcio Rabelo. O mérito do caso ainda será julgado pelos demais magistrados do pleno do TJ maranhense, após manifestação do Ministério Público estadual.

Rabelo pede no mandado de segurança que seja realizada novo exame público para todos os candidatos

inscritos no certame pela Assembleia Legislativa. Segundo o advogado, o uso do Decreto Legislativo 151/1990 como imposição para aprovação da inscrição para a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas “fere frontalmente o artigo 265 do Regimento Interno da ALEMA e o artigo 100 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão”.

“Caso, fosse possível que decretos modificassem leis e a própria Constituição Estadual, haveria um caos legislativo, em que a segurança jurídica ficaria comprometida, de modo que as leis e atos normativos acabavam por ferir o princípio da supremacia da lei, o que acabava por favorecer os poderosos, como ocorre no caso em espécie, já que cabe à própria Casa Legislativa sabatinar e escolher após a arguição pública, de modo que não pode ela impossibilitar a arguição pública do candidato/impetrante uma vez que o mesmo preenche os requisitos previstos na Constituição Estadual, na condição de cidadão em pleno exercício dos seus direitos constitucionalmente assegurados; sendo tal ato baseado meramente em um decreto comprovadamente contra legem”, diz a peça.

A superintendente da CGU (Controladoria Regional da União) no Maranhão, Leylane Maria da Silva, também teve a inscrição indeferida com base no mesmo decreto apontado como inconstitucional e ilegal.

Contudo, embora tenha estudado, até o momento, não judicializou o caso.

Com saída de Maranhãozinho do Grupo de Dino, outras "defecções" podem acontecer

Atual7O governo de Flávio Dino (PSB) deverá ter, a partir da sessão de hoje na Assembleia Legislativa, sete deputados compondo oposição na Casa. Até antes da operação Maranhão Nostrum, do Ministério Público Estadual, o Palácio dos Leões - desde 2015 - na verdade tinha de fato seis parlamentares no campopositor a Dino. Em 2018, reduziu pela metade. Por divergências com Josimar de Maranhãozinho (PL), governador vai ter oposição maior no Legislativo Municipal.

Desde o fim de setembro, que o presidente estadual do PL e deputado federal Josimar de Maranhãozinho vem ensaiando sua saída do grupo governista. Por ser pré-candidato ao governo do Maranhão e perceber que não se encaixa entre os nomes de pré-candidatos palacianos, Maranhãozinho já indicava o desembarque do grupo de Flávio Dino.

Com a operação Maranhão Nostrum, que ocorreu dia 2 deste mês e teve Josimar e aliados como alvo, o presidente do PL decidiu assumir a postura mais clara de atacar o governo de Flávio Dino.

Com a narrativa de que a operação do Ministério Público teve motivação política, Maranhãozinho vem criticando os índices sociais e econômicos do governo maranhense e criticou o governador Flávio Dino no episódio do discurso do socialista em Chapadinha contra a prefeita da cidade, Belezinha (PL).

Esta postura de Josimar de Maranhãozinho deverá ser repetida pelos quatro deputados estaduais do PL na Assembleia Legislativa. A esposa do deputado federal, Detinha, Vinícius Louro, Leonardo Sá e Hélio Soares deverão mudar o tom em relação ao Palácio dos Leões.

Vinícius Louro já até iniciou na semana passada quando foi a tribuna da Casa criticar a operação do MP junto com a Polícia Civil.

O que me chama a atenção, senhores deputados, é que, depois desses dois grandes eventos, depois do crescimento do deputado federal Josimar de Maranhãozinho ao Governo do Estado do Maranhão, acontece essa operação. O que eu entendo é que um deputado estadual para se ter uma ordem expedida para invadir a sua residência tem que ser por meio do Tribunal de Justiça, um deputado federal para ter uma ordem pra invadir a sua residência tem que ser por meio do Supremo Tribunal. E ali entraram por meio de um juiz singular", disse o parlamentar.

Reunião

Sobre a posição da bancada do PL na Assembleia Legislativa, que já faz parte de um bloco junto com o Republicano, o deputado federal Josimar de Maranhãozinho disse a O Estado que vai reunir hoje com os quatro deputados para bater o martelo sobre a posição a ser adotada.

Ainda segundo ele, o encaminhamento do PL é exatamente de se tornar oposição ao governo Flávio Dino.

Advogado especialista em Direito Eleitoral critica juiz que autorizou Operação contra Josimar de Maranhãozinho

Após o desembargador Guerreiro Júnior, do Tribunal de Justiça do Maranhão, questionar a legalidade da Operação Maranhão Nostrum, que teve como alvo principal o deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL), foi a vez do advogado Carlos Sergio, profundo conhecedor do Direito Eleitoral, das leis que regem a política, criticar o juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, que autorizou o trabalho executado pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público.

Segundo o advogado, o magistrado não possuía competência para autorizar a Operação e, tão pouco, expedir mandados de busca e apreensão, sendo que um deles foi cumprido na residência de Maranhãozinho, em São Luís.

“O ponto central do caso é que há uma flagrante falta de competência da 1ª Vara Criminal de São Luís para transitar o procedimento e, por consequência, a plena nulidade das decisões do juiz no feito. De saída, o que podemos afirmar, com base nas melhores luzes do direito contemporâneo, é que o PIC 011660 já nasceu defeituoso, e segue defeituoso, pois tanto o Ministério Público (GAECO), como a 1ª Vara Criminal fingiram não saber que precisavam submeter a investigação à supervisão judicial do TJ/MA, em razão do privilégio de foro do então deputado estadual. E para dar prosseguimento, o juiz [da 1ª Vara] se valeu de um ‘contorcionismo jurídico’, afirmou.

Carlos Sérgio também questionou os argumentos do juiz, que se justificou afirmando que Josimar não mais exerce o cargo de deputado estadual.

““Afirmar isto é um sofisma, um falso argumento, travestido de verdade, e deliberadamente enganoso. O deputado Josimar não ficou um dia sem mandato, apenas trocou de casa legislativa. Assim, pelo princípio de manutenção de foro, tal como existia à época dos fatos, a competência para julgar Josimar de Maranhãozinho é do TJ/MA. Do TJ/MA ou o STF. A 1ª instância é que não pode. E a base desta negativa é o princípio do ‘juiz natural’, uma instituição do estado de direito datada de mais oitocentos anos”, pontuou.

Prefeito Eduardo Braide assina ordem de serviço para restauração da estátua de Benedito Leite

Ampliando os investimentos de sua gestão para a preservação e recuperação do patrimônio histórico de São Luís, o prefeito Eduardo Braide assinou, na manhã desta quarta-feira (13), a ordem de serviço para a restauração da estátua de Benedito Leite, no Centro. O monumento, que fica localizado na praça que leva o nome do político, magistrado e jornalista maranhense, foi vandalizado em 2017 e teve sua placa de bronze roubada. Com o restauro, o item voltará a compor a obra que é parte da história da capital maranhense.

Durante a assinatura da ordem de serviço, o prefeito Eduardo Braide destacou a importância de Benedito Leite. “Quando foi governador do estado, Benedito Leite convidou o presidente Afonso Pena para uma viagem pelo rio Itapecuru para mostrar a dificuldade de viajar até Caxias e assim conseguiu que fosse autorizada a construção da rodovia São Luís-Teresina. Além disso, ele foi um defensor da educação. Por isso, a importância da restauração da estátua, para reforçar a nossa sensação de pertencimento e fazer com que todos entendam a necessidade de preservação do nosso patrimônio histórico”, assegurou.

Restauração

A obra de restauração da estátua de Benedito Leite será feita pela Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (Fumph), que elaborou o projeto técnico de restauro, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). “Esta é mais uma parceria entre a Prefeitura e o Iphan para a preservação do nosso patrimônio e que vai permitir que a estátua de Benedito Leite possa voltar à sua composição original com a recolocação de sua placa de identificação que foi vandalizada e roubada. Por meio deste trabalho, vamos chamar a atenção da população para a preservação do patrimônio”, afirmou Maurício Itapary, superintendente do Iphan no Maranhão.

O projeto de restauração contempla o levantamento dos danos existentes na estátua e os serviços que serão necessários para que ela retome suas características originais. Serão executados higienização com limpeza mecânica e química do monumento, aplicação de anticorrosivo e inibidor de oxidação, obturações das lacunas superficiais e profundas, lixamento das áreas obturadas, recomposição das partes e peças faltantes e aplicação de anticorrosivo e inibidor de oxidação e o tratamento de proteção química da estátua e sua base.

A placa de bronze que ficava fixada aos pés da estátua e identificava o monumento foi furtada em 2017, quando o monumento foi vandalizado. O item foi recuperado por meio de um esforço conjunto do Iphan, a Guarda Municipal e a Polícia Militar. Após a recuperação, a estátua foi levada para a sede do Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Atualmente, ela está guardada na sede da Superintendência do Iphan/MA, na Rua do Giz, Praia Grande.

Benedito Pereira Leite nasceu em Rosário, cidade do interior do Maranhão, em 4 de outubro de 1857, e morreu em Hyeres, na França, 6 de março de 1909, sendo um importante político, magistrado e jornalista brasileiro.

Após sua morte, o então governador do Maranhão, Luís Domingues, determinou a formação de uma comissão encarregada de erigir uma estátua em memória do ilustre estadista. A estátua foi executada em Paris pelo escultor francês François Emile Decarchemont, tendo sido inaugurada na manhã do dia 28 de fevereiro de 1912.

Continue lendo em:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/10/prefeito-eduardo-braide-assina-ordem-de.html>

Estátua de Benedito Leite será restaurada pela prefeitura e Iphan

São Luís - A Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), assina, na manhã desta quarta-feira, 13, ordem de serviço para a imediata restauração da estátua de Benedito Leite, localizada na praça de mesmo nome.

Feito em Paris pelo escultor francês François Emile Decarchemont e inaugurada em 28 de fevereiro de 1912, o monumento sofreu uma ação de vandalismo em junho de 2017, quando a placa de bronze fixada aos pés da estátua foi furtada, sendo recuperada meses depois, no esforço conjunto entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan/MA, Guarda Municipal e Polícia Militar.

O projeto de restauração aprovado pelo Iphan/MA foi elaborado pela equipe técnica da FUMPH, que fez o levantamento dos danos e apontou a execução dos seguintes serviços:

- ? Higienização: Limpeza mecânica e química
- ? Aplicação de anticorrosivo /inibidor de oxidação
- ? Obturações das lacunas superficiais e profundas
- ? Lixamento das áreas obturadas
- ? Recomposição das partes e peças faltantes e aplicação de anticorrosivo/inibidor de oxidação
- ? Tratamento protetivo/proteção química

O ato de assinatura da ordem de serviço para início da restauração contará com a presença do prefeito de São Luís, Eduardo Braide, secretários municipais, representantes dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural, poderes judiciário e legislativo e empresas apoiadoras do patrimônio cultural.

Além disso, o ato marcará o início da construção de uma campanha com as entidades presentes, visando combater o vandalismo de bens culturais e estimulando a população a preservar e denunciar a destruição de seu patrimônio.

"Contorcionismos jurídico", diz advogado do governador Flávio Dino ao criticar o juiz que autorizou operação contra Josimar

Carlos Sérgio é advogado eleitoral de Flávio Dino e atua na defesa de Josimar de Maranhãozinho.

Carlos Sergio de Carvalho Barros, advogado do governador Flávio Dino criticou duramente a "Operação Maranhão Nostrum" deflagrada no início deste mês contra o deputado federal Josimar de Maranhãozinho.

Questionado pelo Blog do Domingos Costa sobre a ação do Gaeco que teve apoio da Seccor, Barros que também é advogado do parlamentar, não poupou críticas ao juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal.

"O ponto central do caso é que há uma flagrante falta de competência da 1ª Vara Criminal de São Luis para transitar o procedimento e, por consequência, a plena nulidade das decisões do juiz no feito", disse.

O Blog do DC questionou o advogado sobre os motivos que fazem a 1ª Vara Criminal incompetente para julgar o deputado federal Josimar de Maranhãozinho.

"De saída, o que podemos afirmar, com base nas melhores luzes do direito contemporâneo, é que o PIC 011660 já nasceu defeituoso, e segue defeituoso, pois tanto o Ministério Público (GAECO), como a 1ª Vara Criminal fingiram não saber que precisavam submeter a investigação à supervisão judicial do TJ/MA, em razão do privilégio de foro do então deputado estadual. E para dar prosseguimento, o juiz [da 1ª Vara] se valeu de um 'contorcionismos jurídico'". disse.

Carlos Sérgio disse, também, que o juiz ao justificar suas decisões, assegura que Josimar de Maranhãozinho "não mais se encontra no exercício do cargo que ocupava à época, podendo ser julgado pela 1ª instância". Entretanto, o advogado contesta os argumentos do magistrado.

"Afirmar isto é um sofisma, um falso argumento, travestido de verdade, e deliberadamente enganoso. O deputado Josimar não ficou um dia sem mandato, apenas trocou de casa legislativa. Assim, pelo princípio de manutenção de foro, tal como existia à época dos fatos, a competência para julgar Josimar de Maranhãozinho é do TJ/MA. Do TJ/MA ou o STF. A 1ª instância é que não pode. E a base desta negativa é o princípio do 'juiz natural', uma instituição do estado de direito datada de mais oitocentos anos", finaliza o advogado.

Advogado critica juiz que autorizou Operação contra Josimar de Maranhãozinho

Após o desembargador Guerreiro Júnior, do Tribunal de Justiça do Maranhão, questionar a legalidade da Operação Maranhão Nostrum, que teve como alvo principal o deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL), foi a vez do advogado Carlos Sérgio de Carvalho Barros, que trabalha para o parlamentar e para o governador Flávio Dino (PSB), criticar o juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, que autorizou o trabalho executado pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público.

De acordo com o causídico, o magistrado não possuía competência para autorizar a Operação e, tão pouco, expedir mandados de busca e apreensão, sendo que um deles foi cumprido na residência de Maranhãozinho, em São Luís.

“O ponto central do caso é que há uma flagrante falta de competência da 1ª Vara Criminal de São Luís para transitar o procedimento e, por consequência, a plena nulidade das decisões do juiz no feito. De saída, o que podemos afirmar, com base nas melhores luzes do direito contemporâneo, é que o PIC 011660 já nasceu defeituoso, e segue defeituoso, pois tanto o Ministério Público (GAECO), como a 1ª Vara Criminal fingiram não saber que precisavam submeter a investigação à supervisão judicial do TJ/MA, em razão do privilégio de foro do então deputado estadual. E para dar prosseguimento, o juiz [da 1ª Vara] se valeu de um ‘contorcionismos jurídico’, afirmou.

Carlos Sérgio também questionou os argumentos do juiz, que se justificou afirmando que Josimar não mais exerce o cargo de deputado estadual.

““Afirmar isto é um sofisma, um falso argumento, travestido de verdade, e deliberadamente enganoso. O deputado Josimar não ficou um dia sem mandato, apenas trocou de casa legislativa. Assim, pelo princípio de manutenção de foro, tal como existia à época dos fatos, a competência para julgar Josimar de Maranhãozinho é do TJ/MA. Do TJ/MA ou o STF. A 1ª instância é que não pode. E a base desta negativa é o princípio do ‘juiz natural’, uma instituição do estado de direito datada de mais oitocentos anos”, pontuou.

Josimar segue criticando – Adversário político de Flávio Dino, Josimar de Maranhãozinho, que é pré-candidato ao Governo, continua engrossando o tom e disparando críticas públicas ao ex-comunista e hoje socialista.

“Triste realidade em nosso Estado. Nos últimos 4 anos, houve um aumento da extrema pobreza. Teoria não enche barriga! Enquanto houverem maranhenses sem ter o que comer, o Estado está falhando. Combater a miséria é minha principal bandeira. Quem tem fome, tem pressa”, twittou.

Ex-advogado de Dino crítica operação contra Josimar

“Há uma flagrante falta de competência da 1ª Vara Criminal de São Luís, para transitar o procedimento”, pontuou o advogado Carlos Sérgio Barros sobre a operação Maranhão Nostrum, da Polícia Civil, que tem como um dos alvos o deputado federal Josimar de Maranhãozinho. Barros afirma ainda que a falta de direito da jurisdição resulta “na plena nulidade das decisões do juiz no feito”. Carlos Barros advogou, por anos, para Flávio Dino e é um dos mais renomados do Maranhão.

Tomando a lei como norte a lei, Barros citou erros tacanhos na atuação do juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal, que está com o caso. “O juiz se valeu de um ‘contorcionismo jurídico’. Com base nas melhores luzes do Direito contemporâneo, a operação já nasceu defeituosa, e segue defeituosa”, afirmou.

Barros explica que o Ministério Público e a 1ª Vara Criminal deveriam ter levado a investigação para ser supervisionada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. “Isso, em razão do privilégio de foro do então deputado estadual, mas, tanto o Ministério Público, quanto a 1ª Vara fingiram não saber desse procedimento”, disparou.

O advogado contesta os argumentos do juiz da 1ª Vara, quando este assegura que Josimar de Maranhãozinho ‘não mais se encontra no exercício do cargo que ocupava à época, podendo ser julgado pela 1ª instância’. Barros sentencia que a afirmação do juiz é sofisma. “Um falso argumento, travestido de verdade, e deliberadamente enganoso”, sentenciou.

Dando aula de Direito, Barros ressalta que, o deputado Josimar não ficou um dia sem mandato, apenas trocando de casa legislativa. “Assim, pelo princípio de manutenção de foro, tal como existia à época dos fatos, a competência para julgar Josimar de Maranhãozinho é do Tribunal de Justiça do Maranhão ou o Superior Tribunal Federal A 1ª Instância é que não pode”, afirmou.

Prefeito Eduardo Braide assina ordem de serviço para restauração da estátua de Benedito Leite

Publicado em outubro 13, 2021 por Paulo Roberto

7

Ampliando os investimentos de sua gestão para a preservação e recuperação do patrimônio histórico de São Luís, o prefeito Eduardo Braide assinou, na manhã desta quarta-feira (13), a ordem de serviço para a restauração da estátua de Benedito Leite, no Centro. O monumento, que fica localizado na praça que leva o nome do político, magistrado e jornalista maranhense, foi vandalizado em 2017 e teve sua placa de bronze roubada. Com o restauro, o item voltará a compor a obra que é parte da história da capital maranhense.

Durante a assinatura da ordem de serviço, o prefeito Eduardo Braide destacou a importância de Benedito Leite. “Quando foi governador do estado, Benedito Leite convidou o presidente Afonso Pena para uma viagem pelo rio Itapecuru para mostrar a dificuldade de viajar até Caxias e assim conseguiu que fosse autorizada a construção da rodovia São Luís-Teresina. Além disso, ele foi um defensor da educação. Por isso, a importância da restauração da estátua, para reforçar a nossa sensação de pertencimento e fazer com que todos entendam a necessidade de preservação do nosso patrimônio histórico”, assegurou.

A vice-prefeita de São Luís, Esmênia Miranda, afirmou que a restauração da estátua de Benedito Leite tem um simbolismo importante para a preservação do patrimônio histórico da capital. “Cada monumento ou casarão recuperado no nosso Centro Histórico reforça para a população a importância de cuidar desse tesouro que nós temos e que faz de São Luís uma cidade única. Por isso, assumimos o compromisso de cuidar do nosso patrimônio”, disse.

Restauração

A obra de restauração da estátua de Benedito Leite será feita pela Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (Fumph), que elaborou o projeto técnico de restauro, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). “Esta é mais uma parceria entre a Prefeitura e o Iphan para a preservação do nosso patrimônio e que vai permitir que a estátua de Benedito Leite possa voltar à sua composição original com a recolocação de sua placa de identificação que foi vandalizada e roubada. Por meio deste trabalho, vamos chamar a atenção da população para a preservação do patrimônio”, afirmou Maurício Itapary, superintendente do Iphan no Maranhão.

O projeto de restauração contempla o levantamento dos danos existentes na estátua e os serviços que serão necessários para que ela retome suas características originais. Serão executados higienização com limpeza mecânica e química do monumento, aplicação de anticorrosivo e inibidor de oxidação, obturações das lacunas superficiais e profundas, lixamento das áreas obturadas, recomposição das partes e peças faltantes e aplicação de anticorrosivo e inibidor de oxidação e o tratamento de proteção química da estátua e sua base.

A placa de bronze que ficava fixada aos pés da estátua e identificava o monumento foi furtada em 2017, quando o monumento foi vandalizado. O item foi recuperado por meio de um esforço conjunto do Iphan, a Guarda Municipal e a Polícia Militar. Após a recuperação, a estátua foi levada para a sede do Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Atualmente, ela está guardada na sede da Superintendência do Iphan/MA, na Rua do Giz, Praia Grande.

Estátua de Benedito Leite

Benedito Pereira Leite nasceu em Rosário, cidade do interior do Maranhão, em 4 de outubro de 1857, e morreu em Hyeres, na França, 6 de março de 1909, sendo um importante político, magistrado e jornalista brasileiro.

Após sua morte, o então governador do Maranhão, Luís Domingues, determinou a formação de uma comissão encarregada de erigir uma estátua em memória do ilustre estadista. A estátua foi executada em Paris pelo escultor francês François Emile Decarchemont, tendo sido inaugurada na manhã do dia 28 de fevereiro de 1912.

Benedito Leite está representando sem uma mão na estátua, por ter dito “prefiro cortar a mão a assinar a supressão da escola Normal ou Modelo”, em um momento de crise econômica e corte de gastos quando foi governador do Maranhão (1906-1908). A frase foi grafada em uma placa de bronze junto à estátua.

#VAMOSPRESERVAR

A assinatura da ordem de serviço também marcou o início da campanha #VamosPreservar, da Fumph. Com o lema “O patrimônio é meu, é seu, é nosso” a campanha tem o objetivo de chamar a atenção da população para a importância de cuidar do patrimônio histórico de São Luís. “A população é a melhor guardiã do patrimônio histórico. Não basta só o poder público fazer sua parte, buscando recursos para realizar as obras de restauração, se a população não assumir para si esta responsabilidade. Por isso, estamos lançando esta campanha para combater o vandalismo e evitar o desperdício dos recursos públicos”, comentou a presidente da Fumph, Kátia Bogéa.

Continue

lendo

em:

https://blogdopauloroberto.com.br/2021/10/prefeito-eduardo-braide-assina-ordem-de-servico-para-restauracao-da-estatua-de-benedito-leite/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=prefeito-eduardo-braide-assin-a-ordem-de-servico-para-restauracao-da-estatua-de-benedito-leite

Prefeitura de São Luís e Iphan vão restaurar a estátua de Benedito Leite

Assinatura da Ordem de Serviço para a obra de restauração da estátua de Benedito Leite.

A Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), assina na manhã do dia 13 de outubro a ordem de serviço para a imediata restauração da estátua de Benedito Leite, localizada na Praça Benedito Leite.

Feito em Paris pelo escultor francês François Emile Decarchemont e inaugurada em 28 de fevereiro de 1912, o monumento sofreu uma ação de vandalismo em junho de 2017 quando a placa de bronze fixada aos pés da estátua foi furtada, sendo recuperada meses depois, no esforço conjunto entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan/MA, Guarda Municipal e Polícia Militar.

O projeto de restauração aprovado pelo Iphan/MA, foi elaborado pela equipe técnica da FUMPH que fez o levantamento dos danos e apontou a execução dos seguintes serviços:

- ? Higienização: Limpeza mecânica e química
- ? Aplicação de anticorrosivo /inibidor de oxidação
- ? Obturações das lacunas superficiais e profundas
- ? Lixamento das áreas obturadas
- ? Recomposição das partes e peças faltantes e aplicação de anticorrosivo/inibidor de oxidação
- ? Tratamento protetivo/proteção química

O ato de assinatura da ordem de serviço para início da restauração contará com a presença do Prefeito de São Luís, Eduardo Braide, Secretários Municipais, representantes dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural, poderes judiciário e legislativo e empresas apoiadoras do patrimônio cultural, e marcará o início da construção de uma campanha com as entidades presentes no ato, que visa combater o vandalismo de bens culturais estimulando a população a preservar e denunciar a destruição de seu patrimônio.

Serviço:

Assinatura da Ordem de Serviço para a obra de restauração da estátua de Benedito Leite.

Local: Praça Benedito Leite, Centro Histórico

Horário e Data: 9h00, 13/10/2021.

Realização: Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), com apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan/MA.

Praça Pedro II: abrigo de parte marcante da história da capital

Ocupada em 1612 por franceses, o terreno da Praça Pedro II é um dos logradouros mais importantes da cidade e abrigou o centro do poder político

LINHARES JR / O ESTADO

13/10/2021 às 00h00

Igreja da Sé e Palácio do Comércio cercam a tradicional “praça da oficialidade”, além das sedes dos governos municipal e estadual

São Luís - Descrita pelo padre Claude d’Abeville como “esplanada” no ato de ocupação em 1612, por Franceses, a Praça Pedro II é a primeira e mais importante do Maranhão. Localizada estrategicamente nas proximidades do Forte São Luís, demolido em 1766 para a construção do Palácio dos Leões, a praça sempre abrigou por muito tempo o centro do poder estadual. “É, sem dúvida alguma, um dos mais importantes logradouros da capital maranhense”, ressaltou o historiador Diogo Gualhardo Neves.

Localizada em frente à Igreja da Sé e se estendendo até a frente da Prefeitura de São Luís, antes da designação Praça Pedro II, ela foi chamada de Avenida Maranhense e antes, durante a época Imperial e Colonial, de “Largo de Palácio”, por estar à frente do Palácio do Governo da Província do Maranhão, atual Palácio dos Leões.

A praça é chamada de “praça da oficialidade”, pois os principais poderes do Estado têm suas sedes em palácios lá: Palácio dos Leões (governo do Estado), Palácio La Ravardière (Prefeitura), Palácio Clóvis Beviláqua (Poder Judiciário), e mesmo instituições civis e religiosas, como o Palácio do Comércio (Associação Comercial do Maranhão) e Igreja da Sé (igreja Católica). “Lá ficavam localizados os poderes públicos do estado. Temos os poderes político, religioso e econômico simbolizados”, lembrou Gualhardo.

Apear da aparência imponente, a construção mais recente entre os núcleos do poder é o Palácio Clóvis Beviláqua. Inaugurado em 1948, pelo então presidente da República general Eurico Gaspar Dutra, possui fachada neoclássica e compõe o conjunto arquitetônico tombado pelo Patrimônio Federal. O nome do edifício homenageia o jurista, legislador e filósofo cearense Clóvis Beviláqua, autor do primeiro anteprojeto do Código Civil brasileiro.

Além das instituições, a Praça Pedro II alojou moradias. Alguns casarões coloniais de fachada azulejar, pertencentes a grandes potentados locais. No entanto, a maioria foi demolida e substituída por construções mais modernas, como o Edifício João Goulart e a agência sede do Banco do Brasil. Alguns foram preservados, como o palácio de Ana Jansen, atual sede da Junta Comercial do Estado do Maranhão.

O lugar já foi endereço de maranhenses ilustres. O sobrado onde nasceu o escritor Graça Aranha, por exemplo. Localizado na frente da fonte.

Por ser muito antiga, a Praça Pedro II passou por muitas intervenções urbanísticas que a adequavam ao tempo e ao uso. Originalmente foi um largo espaço aberto que servia de descanso, foi transformada em avenida e arborizada. A Praça Pedro II também já ocupou lugar de destaque na mobilidade urbana da capital, na década de 1870. Tempo em que era o ponto final da primeira linha de bondes à tração animal da capital.

No início dos anos 1950, foi instalada a escultura Mãe d'Água. Escultura em bronze produzida em 1940 e último trabalho de Newton Sá, artista nascido em Colinas em 1908. Ela foi premiada com a medalha de prata do Salão Nacional de Belas Artes, em 1940, entre 2005 e 2018 a escultura fora transferida para o Museu Histórico e Artístico.

Entre os maiores cartões-postais e símbolo histórico e cultural da cidade, a praça passou por um processo de revitalização pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pela Prefeitura de São Luís em 2018. A reforma contou com novo paisagismo, recuperação do piso de pedras portuguesas, iluminação especial, além da reforma da fonte que abriga a escultura Mãe d'Água, que retornou para a praça naquele ano.

Mirante

Em 2020, a Praça Pedro II ganhou um mirante chamado de Praça dos Poetas, ao lado do casarão que pertenceu a Ana Jansen. O mirante conta com uma exposição permanente de 10 escritores e poetas maranhenses: Ferreira Gullar, Catulo da Paixão Cearense, Nauro Machado, Sousândrade, Bandeira Tribuzzi, José Chagas, Gonçalves Dias, Maria Firmina, Dagmar Destêrro e Lucy Teixeira.

Atualmente, é um dos principais pontos turísticos da cidade, em razão dos palácios e templos estarem abertos à visitação. Além disso, de seu mirante se vê um dos mais bonitos pores do sol do Brasil.

“Nos últimos anos, o maranhense redescobriu a Praça Pedro II, especialmente após a reforma realizada em 2018. No entanto, como os demais espaços públicos, carece de informações sobre ela, sua história e importância para a capital e para o estado”, disse Diogo Gualhardo.

Segundo o historiador, são precisos ajustes para que a praça melhore sua condição de ponto turístico. “A praça precisa ser adaptada mais para as pessoas e menos para os carros, que dominam o espaço e torna a praça, em certos horários, intransitável e mesmo perigosa para o pedestre”.

As preocupações do historiador são constatadas no dia a dia. Por conta do número de repartições públicas, um grande número de veículos se acumula no horário comercial. Volume de tráfego que diminui substancialmente nos feriados e fins de semana.

Vista aérea da Praça Pedro II; espaço que abriga parte da história da capital maranhense
SAIBA MAIS

Por que Pedro II

Apesar de ser uma das praças mais famosas da cidade, poucos sabem o porquê de chamar-se Pedro II. Abolida por um golpe no dia 15 de novembro de 1889, o fim da monarquia marcou o começo da primeira ditadura da história brasileira. A insatisfação popular aliada ao primeiro centenário da Independência em meados da década de 1910 fez ressurgir a memória do falecido monarca. Nesta época, diversos espaços públicos das principais cidades ou passaram a ostentar monumentos em honra de sua pessoa, ou adotaram seu nome. A onda de saudosismo em relação ao monarca forçou o presidente da época, Epitácio Pessoa, a revogar em janeiro de 1921 o decreto de banimento da família imperial. Fato que possibilitou a vinda dos restos mortais do Imperador e da Imperatriz.

Em dezembro de 1925 o Maranhão se uniu ao resto do país no culto da memória de Dom Pedro II. Uma grande festividade com alvorada de salva de foguetes e missa campal fora realizada no dia 2 daquele mês. Celebrada pelo Arcebispo D. Otaviano Pereira de Albuquerque que se encarregou de informar que a Avenida Maranhense

passaria a “ter o nome do homenageado” a partir daquele dia. O dia foi marcado por desfiles cívicos de estudantes, operários do comércio e indústria em volta da Pedra da Memória (naquela época ainda não localizada na Avenida Beira-Mar), sob a guarda da força armada policial, matinées, recitais de poesia, dentre outras atividades conduzidas por personalidades importantes da cidade, como a educadora Rosa Castro.

Nascia, assim, a 2 de dezembro de 1925, a praça (D.) Pedro II, em plena comemoração àquele que é, sem dúvida, a maior referência da ética pública, desprendimento e civismo da História do Brasil.

Tribunal de Justiça firma parceria com prefeituras para concessão de selo Município Amigo da Justiça

O Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (Nupemec/TJMA) promoveu mais uma rodada de reuniões de apresentação do programa “Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça”, nas comarcas de Pinheiro, Bacuri e Cururupu. A iniciativa visa a fortalecer a cidadania e a cultura da conciliação, auxiliando a população na resolução de demandas, por meio de parceria institucional com o Executivo municipal.

Os eventos foram dirigidos pelo coordenador do Nupemec/TJMA, juiz Alexandre Abreu, que apresentou ao público o programa de reconhecimento da Justiça, a importância, o alcance social e as inúmeras vantagens proporcionadas para as instituições envolvidas e, sobretudo, a comunidade.

“O intuito do nosso projeto é reconhecer a cooperação empreendida por municípios que vêm desenvolvendo ações para a redução de ações judiciais ou para a solução adequada de conflitos judicializados. Queremos assegurar à população os seus direitos, estimulando sempre o diálogo, a conciliação e a pacificação social dos conflitos, inclusive por meio de plataformas digitais. Todos sairão ganhando com essa parceria!”, pontuou.

O Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça do Maranhão é gerido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida.

Município Amigo da Justiça

Parceria – O coordenador do Nupemec/TJMA, juiz Alexandre Abreu, apresentou o projeto “Município Amigo da Justiça” a representantes dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), sociedade civil organizada, além de servidores e servidoras da Justiça, nas comarcas de Pinheiro (05), Bacuri (06) e Cururupu (07).

Após as apresentações realizadas e diálogo com representantes do Executivo, manifestaram adesão ao projeto do TJMA os municípios de Cururupu, Bacuri, Apicum-Acu, Cedral e Porto Rico. O município de Guimarães afirmou interesse em continuar a parceria.

O juiz Alexandre Abreu informou que os municípios também demonstraram interesse em estabelecer parceria com o IEMA, para abertura de vagas de estágio para alunos do curso técnico de Direito atuarem nos espaços de cidadania, auxiliando no atendimento, orientação e acesso da população aos meios de garantias de serviços.

O Nupemec do TJMA firmou compromisso no sentido de promover uma formação aos alunos e alunas do IEMA, para uso das plataformas de Videoconferência do TJMA, consumidor.gov.br e outras ferramentas de acesso a direitos.

Selo - O programa de reconhecimento considera a necessidade de harmonização entre os Poderes para consecução do objetivo constitucional de assegurar a construção de uma sociedade justa, com erradicação da marginalização e redução das desigualdades sociais.

Os selos - que contemplam as categorias diamante, ouro, prata e bronze - são concedidos aos municípios que colaboram para a instalação de Centros de Conciliação (Cejuscs) e postos de centros judiciários e que apoiam institucionalmente projetos e ações governamentais e não governamentais, especialmente as desenvolvidas pelo TJMA.

Além disso, os municípios devem estimular a solução de conflitos por meio de métodos autocompositivos, especialmente na inserção de práticas restaurativas ou outras ações de mediação do relacionamento humano nas escolas e nos Centros de Referência e Assistência Social (Cras).

Também precisam assegurar o acesso da população aos meios digitais de solução de conflitos de demandas de consumo e a formação de servidores e servidoras, com atuação na assistência social para o desenvolvimento de dinâmicas de pacificação das relações familiares e escolares, além de atuar na solução consensual de conflitos administrativos ou judicializados, em que seja parte.

A participação na avaliação e recebimento do Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça do Maranhão tem inscrição voluntária, por meio da subscrição de um Termo de Compromisso Público firmado entre o TJMA e o Município participante.

Estátua de Benedito Leite será restaurada em praça de São Luís

Ordem para restauração é assinada na manhã desta quarta-feira (13).

A estátua foi feita em Paris pelo escultor francês François Emile Decarchemont e inaugurada em 28 de fevereiro de 1912. (Foto: Honório Moreira)

Por: Divulgação/Iphan

13 de Outubro de 2021

A Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), assina na manhã do dia 13 de outubro a ordem de serviço para a imediata restauração da estátua de Benedito Leite, localizada na Praça Benedito Leite.

Feito em Paris pelo escultor francês François Emile Decarchemont e inaugurada em 28 de fevereiro de 1912, o monumento sofreu uma ação de vandalismo em junho de 2017 quando a placa de bronze fixada aos pés da estátua foi furtada, sendo recuperada meses depois, no esforço conjunto entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan/MA, Guarda Municipal e Polícia Militar.

O projeto de restauração aprovado pelo Iphan/MA, foi elaborado pela equipe técnica da FUMPH que fez o levantamento dos danos e apontou a execução dos seguintes serviços:

Higienização: Limpeza mecânica e química

Aplicação de anticorrosivo /inibidor de oxidação

Obturações das lacunas superficiais e profundas

Lixamento das áreas obturadas

Recomposição das partes e peças faltantes e aplicação de anticorrosivo/inibidor de oxidação

Tratamento protetivo/proteção química

O ato de assinatura da ordem de serviço para início da restauração contará com a presença do Prefeito de São Luís, Eduardo Braide, Secretários Municipais, representantes dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural, poderes judiciário e legislativo e empresas apoiadoras do patrimônio cultural, e marcará o início da construção de uma campanha com as entidades presentes no ato, que visa combater o vandalismo de bens culturais estimulando a população a preservar e denunciar a destruição de seu patrimônio.

Braide assina ordem de serviço para restauração da estátua de Benedito Leite

Ampliando os investimentos de sua gestão para a preservação e recuperação do patrimônio histórico de São Luís, o prefeito Eduardo Braide assinou, na manhã desta quarta-feira (13), a ordem de serviço para a restauração da estátua de Benedito Leite, no Centro. O monumento, que fica localizado na praça que leva o nome do político, magistrado e jornalista maranhense, foi vandalizado em 2017 e teve sua placa de bronze roubada. Com o restauro, o item voltará a compor a obra que é parte da história da capital maranhense.

Durante a assinatura da ordem de serviço, o prefeito Eduardo Braide destacou a importância de Benedito Leite. "Quando foi governador do estado, Benedito Leite convidou o presidente Afonso Pena para uma viagem pelo rio Itapecuru para mostrar a dificuldade de viajar até Caxias e assim conseguiu que fosse autorizada a construção da rodovia São Luís-Teresina. Além disso, ele foi um defensor da educação. Por isso, a importância da restauração da estátua, para reforçar a nossa sensação de pertencimento e fazer com que todos entendam a necessidade de preservação do nosso patrimônio histórico", assegurou.

A vice-prefeita de São Luís, Esmênia Miranda, afirmou que a restauração da estátua de Benedito Leite tem um simbolismo importante para a preservação do patrimônio histórico da capital. "Cada monumento ou casarão recuperado no nosso Centro Histórico reforça para a população a importância de cuidar desse tesouro que nós temos e que faz de São Luís uma cidade única. Por isso, assumimos o compromisso de cuidar do nosso patrimônio", disse.

Restauração

A obra de restauração da estátua de Benedito Leite será feita pela Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (Fumph), que elaborou o projeto técnico de restauro, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). "Esta é mais uma parceria entre a Prefeitura e o Iphan para a preservação do nosso patrimônio e que vai permitir que a estátua de Benedito Leite possa voltar à sua composição original com a recolocação de sua placa de identificação que foi vandalizada e roubada. Por meio deste trabalho, vamos chamar a atenção da população para a preservação do patrimônio", afirmou Maurício Itapary, superintendente do Iphan no Maranhão.

O projeto de restauração contempla o levantamento dos danos existentes na estátua e os serviços que serão necessários para que ela retome suas características originais. Serão executados higienização com limpeza mecânica e química do monumento, aplicação de anticorrosivo e inibidor de oxidação, obturações das lacunas superficiais e profundas, lixamento das áreas obturadas, recomposição das partes e peças faltantes e aplicação de anticorrosivo e inibidor de oxidação e o tratamento de proteção química da estátua e sua base.

A placa de bronze que ficava fixada aos pés da estátua e identificava o monumento foi furtada em 2017, quando o monumento foi vandalizado. O item foi recuperado por meio de um esforço conjunto do Iphan, a Guarda Municipal e a Polícia Militar. Após a recuperação, a estátua foi levada para a sede do Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Atualmente, ela está guardada na sede da Superintendência do Iphan/MA, na Rua do Giz,

Praia Grande.

Estátua de Benedito Leite

Benedito Pereira Leite nasceu em Rosário, cidade do interior do Maranhão, em 4 de outubro de 1857, e morreu em Hyeres, na França, 6 de março de 1909, sendo um importante político, magistrado e jornalista brasileiro.

Após sua morte, o então governador do Maranhão, Luís Domingues, determinou a formação de uma comissão encarregada de erigir uma estátua em memória do ilustre estadista. A estátua foi executada em Paris pelo escultor francês François Emile Decarchemont, tendo sido inaugurada na manhã do dia 28 de fevereiro de 1912.

Benedito Leite está representando sem uma mão na estátua, por ter dito "prefiro cortar a mão a assinar a supressão da escola Normal ou Modelo", em um momento de crise econômica e corte de gastos quando foi governador do Maranhão (1906-1908). A frase foi grafada em uma placa de bronze junto à estátua.

Continue lendo em:

<https://omaranhense.com/braide-assina-ordem-de-servico-para-restauracao-da-estatuade-benedito-leite/>